
**SENSIBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA
NUMA ÓPTICA DE INTERCULTURALISMO
EM MEIO DE FORTE EMIGRAÇÃO**

Maria Beatriz Rocha-Trindade

SENSIBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA
NUMA ÓPTICA DE INTERCULTURALISMO
EM MEIO DE FORTE EMIGRAÇÃO

«Entende-se por aproximação intercultural ou interculturalismo, a aceitação e a valorização das diferentes culturas que vivem em conjunto»

Quase ignorado ou menorizado num passado recente por uma razão de pudor nacional mal compreendido, o fenómeno migratório português apresenta, pelo contrário, uma dimensão gigantesca em relação a todos os indicadores que o caracterizam. No plano temporal, estende-se quase sem descontinuidade desde a Descoberta e a Conquista, pela Colonização, até às migrações de hoje. Na dimensão numérica, foram muitos milhões os que desde sempre saíram, sendo nesta unidade que se contam os portugueses hoje fora de Portugal.

Desde há muito também que os aforros dos emigrantes alimentam em divisas os défices que de outro modo não sabemos colmatar; pelo contrário, não é mensurável a perda do que não foi trabalhado ou produzido em Portugal por ausência dos ausentes, se não pela estimativa da riqueza que criaram noutras paragens.

Se o realismo e a honestidade nos impedem de afirmar, ou de esperar, o regresso definitivo de quantos estão longe, obriga-nos o dever que temos, para com a nação que somos, a assumir a emigração como uma realidade nacional; e a tomar sobre nós o encargo de minorar as suas consequências negativas e de potenciar o que possa conter de humanamente desejável e nacionalmente construtivo.

A nova configuração que o fenómeno migratório português tomou depois do fim da década de cinquenta, ⁽¹⁾ configuração que se deve à sua situação no contexto europeu e aos movimentos de população entre o país de origem e o país de fixação por ela possibilitados, vem alterar drasticamente os problemas sociais que se lhe ligam.

⁽¹⁾ As considerações que se seguem aplicam-se, sobretudo, à emigração do Continente. A emigração dos arquipélagos atlânticos tem características muito especiais que mereceriam, por si só, análise individualizada.

A partir daquela época, a inflexão da emigração portuguesa para a Europa, aproximando os pontos de partida dos pontos de destino geográfico, permitiu um sem-número de idas e vindas que, inicialmente com ocorrência aleatória, tomaram progressivamente um carácter de regularidade e quase se institucionalizaram numa espécie de movimento pendular, pondo em contacto permanente os portugueses de fora e de dentro do País.

A recente introdução dos conceitos de «cadeia migratória» e «interacção dipolar»⁽²⁾ na literatura sociológica da especialidade traduz bem a série de contactos, de relações e de problemas que se desenvolvem e que, conseqüentemente, decorrem desta relação mais próxima, mais continuada, que mistura anseios e projectos realizáveis a curto ou a longo prazo, com decisões que não se tomam de forma definitiva. Criam-se assim situações de permanente indefinição e transitoriedade nos espaços sociais e geográficos envolvidos na migração — país de origem e de acolhimento — caracterizados por situações de conflito interior, de confronto entre alternativas e valores.

A introdução de um terceiro conceito, o de «interculturalismo»⁽³⁾, cuja filosofia de base permite uma política de acção social no campo da

(2) «A noção de Cadeia Migratória foi progressivamente elaborada pela OCDE enquanto modelo de análise e instrumento operacional, vindo a tornar-se o elemento central da sua doutrina em matéria de migrações internacionais. Esta noção designa simultaneamente as diversas sequências do processo migratório (partida e migrações, instalação no país de imigração, retorno eventual ao país de origem, reinserção, etc.), os laços que os unem e os efeitos cumulativos decorrentes deste processo nos planos tanto social como económico» in: *LA CHAÎNE MIGRATOIRE*, OCDE, Paris, 1978, p. 5.

— A proximidade geográfica dos países de origem e de acolhimento dos migrantes cria a oportunidade de desenvolvimento de formas de interacção sócio-cultural, que estabelecendo-se de forma regular naturalmente se institucionalizam. A título de exemplo, vejam-se os artigos COMUNIDADES MIGRANTES EM SITUAÇÃO DIPOLAR in: *Análise Social*, n.º 48, vol. XII, 1976 — 4.º, pp. 983-997 e STRUCTURE SOCIALE ET FAMILIALE D'ORIGINE DANS LES MIGRATIONS AU PORTUGAL in: *Ethnologie Française*, 7, n.º 3, 1977, Paris, pp. 277/86 de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

(3) Existe um consenso de aceitação entre os teóricos da Cultura e do Ensino, sobre o conceito de «Interculturalismo». No entanto a sua aplicação prática esbarra com dificuldades que advêm da própria estrutura social. Louis Porcher propôs uma linha de acção intercultural aplicável às sociedades de acolhimento, nomeadamente à formação dos professores (veja-se: *L'EDUCATION DES ENFANTS DES TRAVAILLEURS MIGRANTS EN EUROPE. L'INTERCULTURALISME ET LA FORMATION DES ENSEIGNANTS*, Conseil de L'Europe, Strasbourg, 1981, 193 p.).

A experiência aqui descrita toma um aspecto simétrico em relação a essa proposta, pois trata-se da introdução de traços culturais das sociedades de acolhimento dos nossos migrantes, no quadro de acções de ensino informal levadas a cabo nas suas comunidades de origem.

educação formal e, no âmbito do desenvolvimento cultural alargado, chama a atenção para a interdependência que se estabelece entre homens e entre culturas através dos movimentos migratórios.

A comparação entre os dois extremos da cadeia migratória, entre as terras e as pessoas que nelas vivem, comparações que de forma mais ou menos inconsciente ou mais ou menos consciente cotejam maneiras de «estar na vida» (hábitos de consumo, hábitos de vestir, hábitos alimentares; decoração de interiores, utilização dos espaços da habitação; educação dos filhos, encaminhamento de assuntos importantes ou triviais, aspirações de toda a espécie...) fazem ressaltar diferenças profundas entre os que, por estar fora, evoluíram no contacto com outras gentes e outras culturas; e os que, dentro do País, necessariamente não acompanham, ao mesmo ritmo ou na mesma direcção, esse tipo de evolução.

Quem parte está ligado à terra e às pessoas que ficam; quem fica depende sempre, afectiva e tantas vezes monetariamente, de quem parte. Desta permanente interacção dipolar resultam, no interior do País, situações, problemas, acções que se desenvolvem no imediato (ligadas ao quotidiano) ou se projectam no futuro ao nível dos projectos económicos individuais.

Pensar emigração e pensar problemas de emigrantes não pode de modo algum restringir-se a estudos macroscópicos e despersonalizantes que visem apenas a análise da estrutura do país nos seus aspectos demográfico, económico e cultural; nem tão-só pode limitar-se à problemática das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos radicados no estrangeiro.

A socialização que o elemento humano sofre ao longo da sua vida, iniciada em Portugal, cria raízes que não deixam o emigrante cortar cerce a sua ligação ao país e à sociedade onde aprendeu o código de valores que utiliza para actuar, sentir, e para se julgar a si próprio e aos outros. Mas estas raízes e esta ligação à origem são frágeis e sujeitas a rápida destruição quando não acalentadas: ignorar ou não dar resposta rápida aos seus problemas; menosprezar abertamente, ou por omissão, os direitos da sua cidadania ou os deveres do Estado para com eles; deixar abrir fossos de desconhecimento, de incompreensão ou mesmo de rejeição entre os portugueses de cá e os de além fronteiras, são erros que podem custar o corte destas raízes.

Ao nível das situações de retorno, das circunstâncias de convívio com familiares, de confronto com sucessos ou realizações materiais, é indispensável que os emigrantes sintam que Portugal não deixou de ser o seu país, nem os portugueses seus irmãos.

Os que ficam — a «contrapartida da emigração» —, ligados aos que partiram por laços de parentesco familiar ou tão-só por laços de convivência ou de vizinhança, constituem uma realidade social tocada de forma directa ou indirecta pelos fenómenos associados aos que saíram do País.

O modo diferente como evoluíram ambas as partes de um «todo» português, fruto dos contextos geográficos e sociais diversos onde se situa cada uma delas, dão origem a que, em períodos de convivência prolongada (como por exemplo em ocasião de férias ou em situação de retorno), surjam atitudes de incompreensão recíproca, ou de críticas mais ou menos veladas que a todos magoam, reveladoras da instalação de um processo de desconfiança mútua.

E porquê? Porque é que os elementos e grupos familiares de uma mesma aldeia, de uma pequena cidade, que procuravam aglutinar-se fora e dentro do país em torno de interesses comuns, no trabalho, na ocupação de tempos livres e nos momentos difíceis, vêm nos últimos anos, lenta mas progressivamente, esboçando um corte das amarras que os prendem aos seus e às suas terras? São disto exemplo claro as novas soluções de férias, que começam a ser passadas no estrangeiro; ou, quando em Portugal, em lugares de veraneio internacional onde se foge ao estigma de «emigrante» e, porque não dizê-lo, a adjectivos de conotação pejorativa que vêm sendo associados a esta condição.

Esses qualificativos revelam uma apreciação superficial de características ou comportamentos considerados como *não locais* e, portanto, assinalam o reconhecimento de uma diferença; a clivagem decorrente pode facilmente, na falta de mecanismos que facilitem o reencontro ou a compreensão mútuas, degenerar em fractura ou até num fosso de rejeição aberta.

Note-se que a situação presente se encontra agravada em relação à que vigorava há uma dezena de anos, já que, nessa época, o fluxo migratório se encontrava «aberto», com uma oferta considerável de postos de trabalho nos países industrializados da Europa e sem que os entraves administrativos postos à emigração apresentassem dificuldade em ser ultrapas-

sados. Nesses termos existia uma consciência da possibilidade de, em qualquer momento, se poder optar pelo recurso à emigração como solução sempre disponível. Pelo contrário, no presente, com a emigração europeia praticamente fechada, os portugueses residentes encaram aqueles que emigraram ou estão imigrados como privilegiados, avaliando-os pelos sinais de afluência que apresentam; e é sabido como as situações de desnivelamento social rápido, mesmo que imaginário, podem facilmente ser geradoras de antagonismo latente ou expresso.

Este tipo de atitudes e de actuações é mais geral do que possa julgar-se *a priori*, como se infere da observação de comportamentos algo ambiguos manifestados, tanto pelas populações emigradas como pelo lado das populações residentes. Actuações que oscilam entre atitudes extremas de admiração, boa aceitação, entusiasmo; e entre a formulação de comentários negativos ou de críticas que assentam em análises superficiais e precipitadas. Como indicadores da manutenção de espírito comunitário ainda vivo podem citar-se, a título de exemplos pontuais, o acolhimento caloroso proporcionado aos emigrantes na chegada à terra natal; o desenvolvimento de prolongados preparativos para a realização das festas religiosas anuais (cujo calendário sofre em tantos casos alterações de forma a terem lugar no mês de férias, o mês de Agosto); as iniciativas ligadas à realização de romarias, encontros, espectáculos que especificamente são dedicados aos emigrantes.

Pelo contrário, são indicadores de uma relação social que se deteriora a responsabilização que agora lhes é feita pela subida de preços dos produtos alimentares de consumo diário, pela minguagem dos materiais de construção, pela velocidade com que se deslocam nas estradas em automóveis com matrícula estrangeira, pelos vocábulos incompreensíveis com que semeiam a sua linguagem, pela exteriorização de consumos sumptuários. E assim aparecem estereótipos, designações pejorativas, atribuição de alcunhas.

Tendo a emigração uma dimensão nacional que se estende a todo o território e que, pela sua constância, faz parte da estrutura da vida social do País e da sua história, é preciso despertar os Portugueses para a realidade emigratória, procurando combater, através de um melhor conhecimento dessa realidade, uma divisão que cada vez mais se vem desenvolvendo. Existe espaço para a montagem de um vasto programa de sensibilização das populações em torno do fenómeno migratório, a desenvolver

através de informações, de publicações, de programas difundidos pelos *media*, de troca de visitas entre comunidades, geminação de localidades; e, sobretudo, pela introdução de um esforço de reflexão e de pesquisa em torno destas questões.

Assim, tendo em conta o que anteriormente foi exposto e porque seria impossível sanar um problema de tão grande dimensão social, existente numa dimensão geográfica igualmente grande e difícil de ser sistematicamente atingida, surgiu a ideia de lançar no terreno uma experiência-piloto de compatibilização cultural em condições facilmente controláveis quer a nível do acompanhamento de execução, quer em termos da subsequente avaliação de resultados.

Esta experiência foi designada por «Sensibilização Comunitária numa óptica de Interculturalismo em Meio de Forte Emigração»; a sua descrição é o objecto principal do presente texto.

Sob o ponto de vista metodológico foi indispensável circunscrever a população que iria ser objecto desta acção a regiões limitadas; numa perspectiva deontológica, procurou-se definir linhas de intervenção que pudessem apresentar uma utilidade real para as populações-alvo, mais do que procurar apenas conquistar a sua abertura e colaboração.

Assim, a formação de agentes sociais e familiares em acções de reciclagem anual, a educação de adultos, o ensino de uma língua estrangeira falada pela maioria dos que residem fora do país e ainda todo o trabalho de promoção comunitária associado a estas iniciativas, constituem um conjunto de acções diferenciadas mas cuja articulação visa obter a implantação e a concretização deste projecto.

Todo o trabalho social é por essência demorado, só resultando pela sua persistência e continuidade; e, sobretudo, só pode ser exercido por quem conheça bem o «meio» em que trabalha. A tal deve juntar-se a capacidade de motivar interesses, de mobilizar vontades de participação e de conseguir a catálise dos elementos que integram os grupos de trabalho; não só pela acção directa, como estimulando o papel difusor e multiplicativo de cada um desses elementos à sua volta (na família, na escola, na profissão, no círculo de convivência).

O estabelecimento de laços entre organismos públicos e privados com vocação social tende a fazer interagir forças cujo fim último se destina a sensibilizar os membros de uma comunidade para uma promoção educa-

tiva, através de um alargamento do seu espaço de conhecimentos e da avaliação relativa dos elementos que o constituem.

Foram estes princípios que nortearam a organização das acções de terreno, que passamos a descrever:

Acção 1 — Estabelecimento de um serviço de informações e encaminhamento de casos sobre problemas relacionados com a emigração:

População-alvo: Familiares de emigrantes.

Acção 2 — Ensino de Francês:

População-alvo: Familiares de emigrantes e candidatos à emigração.

Acção 3 — Em aldeias de forte emigração, introdução de uma abordagem intercultural em:

3A — Classes de Educação de Adultos:

População-alvo: Adultos em geral.

3B — Grupos de Reflexão e Actividades de Promoção Comunitária:

População-alvo: Adultos em geral.

3C — Grupos de Reflexão para Jovens:

População-alvo: Jovens, com particular incidência de filhos de emigrantes.

3D — Grupos de Reflexão e Formação Doméstica e Familiar:

População-alvo: Mulheres familiares de emigrantes.

Acção 4 — Formação de pedreiros polivalentes, em meio de forte emigração:

População-alvo: Jovens sem qualificação profissional, sendo uma parte de familiares de emigrantes.

Tendo em conta o volume de encargos significativos, associado às acções descritas, abrangendo vários conjuntos populacionais de dimensão suficiente, procurou-se cometer a responsabilidade local de execução a um organismo já existente (o Secretariado Diocesano das Migrações de Coimbra/Caritas), bem implantado no terreno e vocacionado, em termos de efectiva experiência e de motivação ética, para o exacto tipo de acções diversificadas a promover. Pelos fins que visa e pela militância com que desempenha a sua acção social, esta instituição responde perfeitamente aos requisitos necessários ao desempenho das tarefas associadas a uma sensibilização comunitária integrada, com a perspectiva intercultural que se desejou imprimir a toda a experiência.

O segundo aspecto da solução, destinado a manter os encargos dentro de limites aceitáveis, consistiu em propor que o enquadramento institucional fosse assegurado pela Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (novamente em estrita adequação ao seu pelouro de competências), mas recorrendo ainda à colaboração de outros organismos com potencial interesse por diversas facetas das acções a desencadear:

- Comité Intergovernamental para as Migrações (CIM);
- Direcção-Geral de Educação de Adultos (Coordenação Regional de Coimbra e Distrital de Leiria), do Ministério da Educação;
- Secretaria de Estado do Emprego (Direcção Regional da Zona Centro), do Ministério do Trabalho;
- Bureau Pédagogique de l'Institut Français au Portugal.

O projecto é ainda acompanhado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, além de contar com a colaboração, a título individual, de personalidades ligadas a actividades de serviço social e ao meio universitário.

A coordenação geral do projecto (como aliás já o fora a sua concepção inicial), é assegurada pelo Núcleo de Estudos das Migrações da SEECP.

Foi linha condutora desta iniciativa o reconhecimento de que todo o trabalho de natureza social se deve inserir no quadro dos interesses e das actividades regulares do quotidiano das populações. Deste modo, as acções desenvolvidas puderam proporcionar um enquadramento natural à transmissão de conhecimentos e à reflexão sobre temas ligados à emigração, contemplando tanto aspectos que dizem respeito à inter-relação pessoal

com os residentes, como os que se colocam ao nível da avaliação genérica do problema.

As acções de educação de populações adultas, quer ao nível da alfabetização, quer ao nível do alargamento e desenvolvimento de conhecimentos, procuram fazer-se em torno de elementos constituintes da vida das populações com que se trabalha, de forma a motivá-las (4). Não foi por isso difícil desenvolver uma iniciativa cujo interesse foi coincidente para as três partes:

- 1) Grupo promotor do projecto (Núcleo de Estudos das Migrações da SEECP/Caritas Diocesana de Coimbra);
- 2) Grupo de responsáveis e de professores (integrados no Plano Nacional de Educação de Adultos);
- 3) População-alvo, de uma área geográfica tradicionalmente marcada por forte emigração.

Não só ao nível da administração central foi concebido material pedagógico de apoio que tem incidência a nível nacional como, localmente, têm-se desenvolvido acções específicas de formação atendendo ao programa de sensibilização estabelecido.

Conjugando o número de cursos realizados pelos professores que trabalham dentro da área da Diocese de Coimbra (Coordenações Distritais de Leiria e de Coimbra), incluindo o grupo ligado à Caritas Diocesana que deste depende, obteve-se uma densa cobertura geográfica.

A ideia da realização dos Cursos de Francês, língua do país onde reside grande parte dos emigrantes da região, foi proposta ao Comité Intergovernamental para as Migrações (5) que a ela aderiu entusiasticamente.

(4) Tal preocupação é claramente enunciada nas publicações da Direcção-Geral de Educação de Adultos (em particular no Relatório-Síntese do PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE BASE DE ADULTOS, Ministério da Educação, Lisboa, Junho de 1979, 195 p.).

(5) O Comité Intergovernamental para as Migrações (normalmente designado pela sigla CIM) é um organismo internacional, vocacionado para o estudo e resolução de problemas práticos ligados às migrações.

mente desde a primeira hora, suportando (integralmente, no primeiro ano, e em regime de comparticipação com a SEECP nos anos seguintes) os encargos materiais.

O conhecimento de uma língua estrangeira falada por conterrâneos e familiares, cuja posição económica mais desafogada conseguida no estrangeiro assume localmente uma conotação social valorizante, cativa o interesse dos residentes.

Como veículo de transmissão de ideias, de hábitos, de atitudes e de valores, os Cursos de Francês ultrapassam largamente o estrito ensino da língua e permitem o alargamento de comunicação entre os que estão no País e os que emigraram.

Podemos afirmar, sem qualquer dúvida, constituírem estes Cursos um espaço privilegiado de introdução de novos conhecimentos, em contrarrente com o conservantismo habitual em zonas rurais.

Várias são as motivações que agem sobre os potenciais candidatos à sua frequência. O simples conhecimento de palavras e de frases ajuda o comerciante local a atender os seus clientes «franceses»⁽⁶⁾; o mesmo acontecendo, por exemplo, com o conhecimento da língua procurado por um agente bancário.

De entre os familiares residentes, alguns desejam minorar o fosso linguístico cavado entre a geração dos mais velhos e a geração dos descendentes dos emigrantes. E outros, sobretudo os mais novos, procuram apenas um aperfeiçoamento da língua, o que também serve de estímulo aos que encetam a sua aprendizagem.

A dificuldade pedagógica que para o professor advém da heterogeneidade do público de alunos (heterogéneo em idades, em actividade profissional, em inserção social) é compensada pelo espírito de grupo que se desenvolve ao longo do ano; mas resulta em vantagem diversificar as formas de influência sobre os restantes elementos da comunidade.

(6) «Franceses» é o termo correntemente utilizado para designar quem emigrou, ou quem está emigrado em França.

Trata-se de um velho hábito, já existente entre nós no século passado, em contexto homólogo, ao designar como natural do país de acolhimento o português aí imigrado.

Foi o caso dos «Brasileiros» cuja figura se individualizou na literatura portuguesa.

(Vd. Joel Serrão, EMIGRAÇÃO in: *Dicionário de História de Portugal, II*, Iniciativas Editoriais, p. 28.)

É ainda de realçar a ajuda prestada por antigos emigrantes, tanto ao nível dos alunos como ao dos professores. Verdadeiros animadores linguísticos, cuja acção tem uma dimensão social de longo alcance, os professores de língua preocupam-se essencialmente em estruturar a «ponte» de ligação entre duas culturas.

Adivinha-se que sob o ponto de vista estritamente psicológico o enriquecimento cultural promovido pela aprendizagem da língua tem repercussões sociais muito importantes pelo enriquecimento que representa a aquisição de novas formas de expressão linguística e cultural.

Se se atender ao evoluir numérico dos alunos e dos cursos activos ao longo de um período de três anos, pode dizer-se que o sucesso que manifestam traduz o facto de que estes núcleos constituem espaços privilegiados para exercício de uma pedagogia intercultural (?).

É, no entanto, de assinalar que o principal problema para a realização dos cursos de língua e cultura francesas é o de encontrar um professor disponível que satisfaça as condições necessárias às exigências pedagógicas decorrentes de uma situação nova, desenvolvida em regime experimental.

Não constituindo critério de selecção única foi, no entanto, prioritária a consideração da ligação pessoal do docente com a realidade emigratória, se possível, através da sua própria vivência pessoal.

Da existência de três cursos em duas comunidades no primeiro ano, passou-se ao alargamento a três aldeias, no segundo ano da sua existência, sendo agora dez os locais onde se realizam onze cursos assegurados por sete professores com uma frequência total que se situa entre os 350 e os 400 alunos.

O trabalho de promoção comunitária realizado por dez educadores familiares, em oito localidades, onde residem ao longo de todo o ano, inclui várias acções destinadas a adultos e a jovens, integrando actividades que se escalonam ao longo de todos os dias da semana. Citamos, a título de exemplo, trabalhos manuais, cursos de cozinha e encenação de peças de teatro em que participam jovens de ambos os sexos.

Estes grupos assentam, em alguns casos, na estrutura social da comunidade; noutras são ponto de partida para a movimentação das suas forças sociais. Cria-se assim um meio de reunir elementos da comunidade em

(?) Sobre este assunto merece interesse a publicação *DE LA CULTURE D'ORIGINE et de la PEDAGOGIE INTERCULTURELLE* de Xavier Gouillaud, CIEMM, Paris, 1981, 34 p.

torno de temas que determinam a sua catálise. É no entanto muito importante a sensibilidade de cada educador para a problemática social, local. Não existem «receitas» de carácter universal conduzindo a uma actuação única, com resultados visíveis a curto prazo, embora seja indispensável garantir a existência de um mínimo de formação metodológica de base.

Houve assim que desenvolver previamente uma *acção de formação* ao nível de *formadores*, identificados, neste caso, com trabalhadores sociais que integram duas categorias: educadores familiares e professores.

O conhecimento que têm do terreno onde trabalham, se por um lado oferece grandes vantagens, por outro pode empalidecer o recorte dos aspectos sociais ligados ao fenómeno migratório que, pela sua dimensão e regular existência, quase se esbate no dia-a-dia⁽⁸⁾.

Assim, para desencadear as acções acima enumeradas foi necessário desenvolver o seguinte trabalho preparatório:

- 1 — Constituição de um pequeno fundo bibliográfico sobre a emigração portuguesa, para utilização dos agentes sociais intervenientes no processo;
- 2 — Formação destes agentes através de um conjunto de reuniões destinadas a sensibilizá-los para a problemática emigratória, fornecendo-lhes orientação para os objectivos das várias acções do projecto-piloto, com ilustração de técnicas adequadas à sua execução no terreno.

NOTA FINAL E CONCLUSÕES

Tem algum interesse assinalar, em nota final, um pouco da génese deste projecto.

Na primeira reunião do Projecto n.º 7 do Conselho da Europa «Educação e Desenvolvimento Cultural de Migrantes», houve um largo consenso no sentido de procurar a complementaridade entre a investigação

(8) Uma das regras de ouro da observação-participante, uma das mais fecundas técnicas de campo de investigação sociológica e do trabalho social, refere-se à necessidade, por parte do agente ou investigador, de sucessivas atitudes de identificação/distanciamento em relação ao objecto de estudo. Esta regra encontra-se longamente desenvolvida e ilustrada na obra clássica de Hortense Powdermaker, em que o próprio título prefigura este dualismo de atitudes: *STRANGER AND FRIEND, THE WAY OF THE ANTHROPOLOGIST*, the Norton Library, New York, 1966, 317 p.

e as acções sobre o terreno, tanto nos países de acolhimento (onde tais iniciativas tinham preferencialmente lugar até então) como nos próprios países de origem dos emigrantes.

Acontece que desde fins de 1979 eu própria tinha tido a ideia de lançar um conjunto de acções baseadas em estratégias pedagógicas orientadas em perspectiva intercultural. Tais intenções vieram a concretizar-se pelos contactos que deram lugar, em meados de 1980, ao presente projecto integrado.

De um primeiro âmbito restrito em que só eram contemplados as mulheres e filhos de emigrantes, rapidamente se reconheceu que a mesma estratégia era aplicável com vantagem a grupos mais alargados e a acções que envolvessem toda a comunidade, tomando como «leitmotiv» o parâmetro migração, evitando assim o tipo de clivagens a que já se fez referência e que seriam particularmente graves em populações de pequena dimensão.

De todas as acções previstas apenas uma (formação profissional de pedreiros polivalentes) não mereceu procura suficiente, donde a razão do seu abandono; e apenas na localidade de Carapelhos uma acção de desenvolvimento comunitário dedicada especificamente a mulheres familiares de emigrantes não recebeu destas o mesmo acolhimento que encontrou nas outras localidades.

É de salientar que este insucesso local tem uma raiz cultural bem clara: em Carapelhos as mulheres de emigrantes que ficam no País têm quase um estatuto de viuvez, traduzido pelo porte de vestidos negros e pela ausência de participação em manifestações públicas (9). A pressão social foi a causa da não adesão a estas iniciativas, mais do que a falta do seu interesse e vontade: preferiram não correr o risco de poder chegar

(9) Esta associação do estatuto de viúva à mulher do emigrante ausente é prática corrente noutras regiões do espaço cultural português (vd. Maria Lamas in: *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Actualis Lda., 1948, pp. 12, 51).

Também António Carreira (em *CABO VERDE, Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Bib. Ulmeiro n.º 9, Lisboa, 1977, p. 37) refere a mesma situação relativamente às mulheres da Brava e do Fogo, conhecidas por «viúvas de americanos», quando os respectivos maridos estão imigrados nos Estados Unidos.

É curioso notar que enquanto o traje negro em S. Caetano confere um estatuto que traduz dignidade e implica respeito social, em Cabo Verde, como o faz notar A. Carreira, assume um significado simbólico de exorcismo, em que «o uso de traje preto podia afastar do homem eventuais perigos, e concorrer para o seu regresso».

ao conhecimento dos maridos a sua intervenção activa num programa «impróprio» do seu estatuto.

O balanço geral é, pois, fortemente positivo; por esta razão iniciou-se já a extrapolação das mesmas actividades à Diocese da Guarda, por via do correspondente Secretariado Diocesano para as Migrações e utilizando idêntica metodologia.

A guisa de conclusão, assinala-se que a avaliação qualitativa dos resultados obtidos só poderá vir a fazer-se, em minha opinião, dentro de dois ou três anos, como aliás é típico para qualquer acção educativa. No entanto, já se tornam aparentes alguns resultados quantitativos positivos:

- a) O aumento de procura de participantes na maioria destas acções, que começaram com pequenos números e vieram progressivamente a alargar-se;
- b) A extensão dos mesmos tipos de acções a outros locais da mesma zona, com idêntico grau de interesse e motivação por parte dos participantes;
- c) O crescente envolvimento das comunidades em geral, acompanhando a evolução das acções desenvolvidas;
- d) O aumento de cruzamento entre várias acções dentro da mesma área, evidenciando a sua respectiva integração num todo consistente e com tendência para expansão da área de influência;
- e) As acções tendem a instituir-se como parte desejável e permanente na vida da comunidade.

Finalmente, consideramos que a experiência progressivamente adquirida melhorou qualitativamente a qualificação do pessoal enquadrador e tem significativamente desenvolvido as técnicas adequadas a este tipo de acções.

Maria Beatriz Rocha-Trindade

Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris
Agregado da Universidade Nova de Lisboa

Distribuição das acções

Código das acções	1			2			3A			3B (*)			3C (*)			3D (*)			4			
	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	1980/81	81/82	82/83	
<i>Localidades</i>																						
Coimbra	x	x	x																			
Pombal	x	x	x																			
Seixo de Mira (Mira)						x		x	x										x			
Carapinhos (Mira)						x																
S. Caetano (Cantanhede)						x		x	x													
Alencarce (Soure)						x																
Simões (Soure)						x																
Sobral (Soure)						x		x														
Lagoa Parada (Ansião)								x														
Mogadouro (Ansião)								x														
Illa (Pombal)								x														
V. Mourão (Abiul, Pombal)							x															
Ramalhal (Abiul, Pombal)							x															
Abiul																						
Vila Cã (Pombal)																						

— Acção em Curso 1 — Informação 3A — Educação de Adultos 3C — Grupos de jovens 4 — Formação Profissional
 — Acção Interrompida 2 — Cursos de Francês 3B — Promoção Comunitária 3D — Grupos de Mulheres

(*) As acções de promoção comunitária (3B), os grupos de jovens (3C) e os grupos de mulheres (3D) têm lugar num grande número de localidades; mas só em S. Caetano e Seixo de Mira existe acompanhamento e avaliação de resultados;

Cursos de Francês

<i>Lugares</i>	<i>Número de estudantes</i>		
	<i>1980/81</i>	<i>1981/82</i>	<i>1982/83</i>
Seixo de Mira	—	—	40
Carapinhos	—	—	40
S. Caetano	—	—	40
Alencarce	—	—	40
Simões	—	32	25
Sobral	—	41	25
Lagoa Parada	—	—	40
Mogadouro	—	—	35
Ilha	—	—	60 (28+32)
Vale Mourão	35	—	—
Ramalhais	25	20	30
Abiul	—	40	30